

SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, CAMINHOS FUTUROS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.

Fálber da Silva Lima.

(Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro).

(falber.lima@alno.unifametro.edu.br).

Francisca Fernanda Barbosa de Oliveira.

(Docente - Centro Universitário Fametro - Unifametro).

(fernanda.oliveira@professor.unifametro.edu.br).

Área Temática: Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação.

Área de Conhecimento: Ciências da Saúde.

Encontro Científico: XII Encontro de Iniciação à Pesquisa.

RESUMO

Introdução: A diversidade da experiência sobre a adolescência no Brasil pode gerar repercussões sobre a saúde mental desses indivíduos, sendo necessário discutir a construção histórica da saúde mental no país, observando os avanços e lacunas existentes nas políticas públicas que visam assistir a essa população. **Objetivo:** Investigar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, como as políticas públicas voltadas para a saúde mental de adolescentes e jovens têm evoluído ao longo dos anos no Brasil. **Métodos:** Revisão integrativa da literatura nas bases de dados Scientific Electronic Library Online e Periódicos Eletrônicos de Psicologia. **Resultados:** As políticas públicas de saúde mental para adolescentes foram desenvolvidas de forma tardia gerando lacunas que podem ser explicadas por diversos fatores, perpassando a complexidade dos transtornos mentais, fragmentação do sistema de cuidado, ausência de coordenação e de estudos mais abrangentes que limitam a compreensão dos riscos à saúde mental, além de tratamentos adequados. **Considerações finais:** O Brasil continua a enfrentar desafios nas políticas públicas de saúde mental de adolescentes, para superá-los é fundamental promover uma integração intersetorial, bem como, a necessidade de garantir a participação efetiva dos adolescentes na construção dessas políticas.

Palavras-chave: Saúde mental; adolescente; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Falamos em adolescências e juventudes no plural por considerarmos a diversidade dessas experiências no Brasil. Se a puberdade é um fenômeno biológico e universal, as adolescências e juventudes são experiências sócio e culturalmente construídas. (Grillo; Raymundo; Martins, 2023). Portanto, podemos considerar que a saúde mental de adolescentes

e jovens é multifatorial e determinada pelo nível de exposição a fatores de risco que possam contribuir para um maior impacto sobre a saúde mental dessa parcela da população.

Grillo, Raymundo e Martins (2023) resgatam, em sua obra, a construção histórica da categoria "adolescência". No século XIX, as experiências coletivas voltadas ao fortalecimento do espaço privado e da família geraram a necessidade de proteger crianças e jovens, levando à institucionalização desses grupos, com ênfase na formação moral, religiosa e intelectual. O resultado desse longo processo que visava a assistir crianças e adolescentes foi, por um lado, a institucionalização do cuidado e, por outro, a criminalização da infância pobre, gerando um quadro que, no limite, é um quadro de desassistência, abandono e exclusão. (Brasil, 2005).

Esse modelo institucionalizado proposto pelo estado reverberou nos modos como são prestados os cuidados sobre a saúde mental de crianças e adolescentes, Brasil (2005) observa que, atualmente, um dos maiores desafios na área da Saúde Mental é a construção de uma política específica para a população de crianças e adolescentes, que leve em consideração suas peculiaridades e necessidades, em conformidade com os princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante disso, surge a necessidade de estudos que reflitam sobre os desafios atuais, as perspectivas futuras e as respostas dos serviços públicos no Brasil, contribuindo para uma reflexão mais aprofundada sobre saúde mental dos adolescentes. Para isso, a presente pesquisa formulou a seguinte questão: Quais avanços e lacunas podem ser identificados nas políticas públicas voltadas à saúde mental de adolescente nos últimos anos?

Objetiva-se com essa pesquisa investigar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, como as políticas públicas voltadas para a saúde mental de adolescentes e jovens têm evoluído ao longo dos anos no Brasil. Cientificamente justifica-se ao fornecer *insights* que possam apoiar a criação e/ou ampliação de políticas públicas que atendam de forma adequada às necessidades dessa população.

METODOLOGIA

A pesquisa resulta de uma revisão integrativa da literatura, adequada para promover uma discussão aprofundada e desenvolver a temática, ao sintetizar e analisar os resultados dos estudos sob uma perspectiva teórico-contextual. Esse método de pesquisa foi realizado em seis fases, como proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010). A primeira fase

foi elaborada a pergunta norteadora com a finalidade determinar a inclusão dos estudos para a pesquisa bibliográfica.

A segunda fase aconteceu a busca nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Utilizou-se nesta pesquisa os descritores: “saúde mental”, “adolescente” e “políticas públicas”. A próxima fase houve a coleta de dados da amostra, foram incluídos textos em língua portuguesa, como, dissertações, monografias, teses e estudos realizados a partir de pesquisas com seres humanos. Excluindo artigos que não respondiam à pergunta norteadora, 4 artigos foram incluídos nesta pesquisa.

Os passos adotados para análise crítica dos artigos incluíram a leitura e análise dos títulos e resumos dos artigos, organização e ordenação dos estudos identificados; leitura na íntegra dos artigos selecionados. Em seguida, passou-se à fase de discussão dos resultados, culminando na apresentação da revisão integrativa, possibilitando ao leitor avaliar criticamente o conteúdo exposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A etapa metodológica utilizada neste trabalho contribui para análise dos pressupostos que versam sobre saúde mental dos adolescentes em contexto brasileiro com foco nos desafios atuais, nas perspectivas futuras e as respostas dos serviços públicos de saúde que visam assistir a essa parcela da população. A história das políticas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes tem como algumas de suas marcas o controle do Estado sobre esses indivíduos e a construção de um modelo de assistência centrado na institucionalização, com o objetivo de garantir a proteção social. (Brasil, 2014)

Através dos estudos é possível constatar que as políticas públicas de saúde mental para adolescentes aconteceram de forma tardia no Brasil, para os autores Couto e Delgado, (2015), foi somente a partir de 2001 que a agenda brasileira contemplou ações que contribuíram para a construção de uma nova perspectiva sobre saúde mental dos adolescentes. Isso se deve pela invisibilidade social da infância e da adolescência na formulação da política de saúde mental. (Cubas et al., 2024).

Couto, Duarte, Delgado (2008) atribuem diversos fatores que explicam a inclusão tardia da saúde mental dos adolescentes nas agendas das políticas públicas brasileiras. Entre esses fatores, é possível destacar a ampla gama das questões relacionadas à saúde mental nessa faixa etária, que envolvem desde transtornos globais do desenvolvimento, transtornos

de conduta, hiperatividade e depressão, até os múltiplos espectros dos transtornos de ansiedade, além do uso de álcool e outras drogas.

O conhecimento recente sobre a frequência, persistência e impactos dos transtornos mentais em adolescentes também estão relacionados a inclusão tardia. Apontando que muitos países carecem de estudos mais abrangentes e rigorosos, além de que poucos estudos contemplam fatores culturais e regionais específicos, limitando a compreensão e proteção dos riscos à saúde mental em diferentes contextos. Assim, há uma carência no desenvolvimento de modalidades de tratamento que possam ser aplicáveis a esses diferentes contextos. Além dos fatores já mencionados, é válido mencionar outro fator, à fragmentação do sistema de cuidado de crianças e adolescentes e que envolve diversos setores - saúde, educação, assistência social - que operam de forma isoladas, mesmo quando necessário lidar com problemas de saúde mental, resultando em uma falta de coordenação e, muitas vezes, no tratamento em setores que não são especializados (Couto, Duarte e Delgado, 2008)

Schaefer, et al. (2018) destacam a importância de refletir sobre as condições sociais desfavoráveis como fatores de aumento nas internações psiquiátricas, desafiando as políticas públicas a encontrar formas eficazes de intervir junto aos adolescentes, levando em conta a particularidade da escassez de recursos disponíveis. Esses fatores demonstram como a elaboração de políticas públicas voltadas para saúde mental de adolescentes representa um desafio atual.

Cubas, et al. (2024), sinaliza que essa lacuna aponta para a urgência de se ampliar os programas existentes, sugerindo um maior acompanhamento dessas iniciativas e a promoção do desenvolvimento saudável dos adolescentes, através de uma rede ampliada intersetorial - saúde, educação e assistência social - e com corresponsabilidade.

A implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em 2011 como fortalecimento na integração dos serviços de saúde mental e o Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil são marcos no fortalecimento e na promoção de discussões que ajudaram a desenvolver políticas e serviços para crianças e adolescentes como apontado por, Braga e d'Oliveira, (2019).

Embora adolescentes e jovens ainda não possuam a maioridade civil ou plena autonomia, isso não os desqualifica para participar dos processos decisórios. Segundo Schaefer et al. (2018), esses jovens devem ser envolvidos na tomada de decisões, considerando que a maioridade civil ou a plena autonomia devem ser levadas em conta no planejamento das ações. Além disso, essa participação é um importante exercício de

aprendizado e cidadania, contribuindo para o desenvolvimento de sua consciência social e responsabilidade.

A importância do reconhecimento das necessidades dos adolescentes e a garantia da escuta é vista como fundamental para que possa aprimorar as políticas que garantam que os jovens recebam tratamento adequado e inclusivo e que suas vozes sejam levadas em conta na construção de soluções. A busca pela ampliação do protagonismo e participação social é um dos pilares fundamentais e um dos aspectos centrais na produção de processos de reabilitação. (Braga e d'Oliveira, 2019).

Esse processo de escuta visa empoderar os jovens devolvendo-lhes a autonomia e possibilitando a construção de suas trajetórias de vidas de maneira mais autônoma, bem como, fortalecer os laços e as suas interações, visando uma participação mais efetiva nas relações sociais e institucionais. A partir dessa compreensão, é preciso criar estratégias e possibilidades diversas para que essas narrativas tenham lugar, seja na prática cotidiana dos serviços, seja em espaços políticos ampliados. A construção de tais ações constitui-se, ainda hoje, com tantos avanços, como um desafio permanente da reforma psiquiátrica. (Braga e d'Oliveira, (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todo avanço, o Brasil enfrenta desafios contemporâneos para consolidar as políticas públicas voltadas para a saúde mental dos adolescentes no país. Embora os avanços tenham ocorrido de forma lenta e tardia nos últimos anos, a fragmentação do sistema de cuidado e a carência de recursos continuam a representar um obstáculo na implementação de políticas que possam assistir a essa população.

Um atendimento mais eficaz e inclusivo poderá ser observado com a integração intersetorial, destacada no texto como ponto de urgência. Além disso, é fundamental reconhecer a importância de escutar e reverberar a voz dos adolescentes, garantindo protagonismo através de uma participação mais ativa na construção de políticas que afetam suas vidas, promovendo a autonomia e fortalecendo a rede de apoio.

Este trabalho se propõe a ser um ponto de partida em discussões mais amplas sobre a temática abordada, apoiada em fundamentação teórica-científica, para que possamos expandir e aprimorar as políticas existentes, com a finalidade de que sejam capazes de responder às demandas atuais e promover um desenvolvimento saudável e inclusivo de adolescentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRAGA, C. P.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 401–410, fev. 2019. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/j/csc/a/g8DhKKGKM65b36RLJdDHqhLP/?lang=en>>> Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil / **Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. – 2. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/05_0887_M.pdf>>. Acesso em 23 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos / **Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público**. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 60 p. : il. Disponível em: <<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2024.

COUTO, M. C. V.; DUARTE, C. S.; DELGADO, P. G. G. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, p. 390–398, 1 dez. 2008. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/j/rbp/a/MwhVn9BBDdZQTH6qxsxLNkf/?lang=pt>>> Acesso em: 20 set. 2024.

COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Psicologia Clínica**, v. 27, n. 1, p. 17–40, jul. 2015. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/j/pc/a/RSQnbmxPbbjDDcKKTdWSm3s/abstract/?lang=pt#>>>. Acesso em: 20 set. 2024.

GRILLO, C. F. C., RAYMUNDO, C. M., MARTINS, L. B., Adolescências e juventudes na contemporaneidade: Diferentes perspectivas, diversidade, aspectos étnicos e culturais. Fiocruz Pantanal. Campo Grande, MS. 2023. Disponível em: <<https://cursos.matogrossodosul.fiocruz.br/pluginfile.php/1156414/mod_resource/co>>

ntent/4/M%C3%B3dulo-1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2024.

JOÃO MÁRIO CUBAS et al. A infância e a adolescência na política de saúde mental: uma análise por meio dos conselheiros e conferências de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 5, 1 jan. 2024. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/j/csc/a/KRwmqgFVMhpJNnpsWbTdCWd/abstract/?lang=pt>>>. Acesso em: 22 set. 2024.

SCHAEFER, R. et al. Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, p. 2849–2858, set. 2018. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/j/csc/a/SzJzSft5SxwQjVTwVxVvny/?lang=en>>>. Acesso em: 19 set. 2024.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R.. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *einstein*. 2010; 8(1 Pt 1):102-6. Disponível em: <<<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>>>. Acesso em: 20 set. 2024.